

## **COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

### **PROJETO DE LEI Nº 4.400, DE 2008**

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso) para estabelecer a concessão de dois salários mínimos de benefício mensal ao idoso carente com cem anos ou mais.

**Autor:** SENADO FEDERAL

**Relatora:** Deputada ANGELA PORTELA

## **I – RELATÓRIO**

A proposição em epígrafe, oriunda do Senado Federal, de autoria do ilustre Senador Paulo Paim, visa alterar a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que institui o Estatuto do Idoso, para prever a concessão de benefício de prestação continuada no valor de dois salários mínimos aos idosos com cem anos ou mais que atendam aos requisitos de elegibilidade ao benefício assistencial.

Na justificção, ou autor ressalta que o aumento do valor do benefício para esse reduzido segmento populacional contribuirá para a melhoria da qualidade de vida, em um período da existência em que as demandas com cuidados especiais e despesas médicas são crescentes. Destaca, ainda, o baixo impacto financeiro da medida proposta nas contas públicas, haja vista que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, referente ao ano de 2005, a expectativa de vida dos idosos que atingem oitenta anos é de apenas 9,2 anos.

A proposição em tela, que tramita em regime de prioridade, está sujeita à apreciação conclusiva das Comissões de Seguridade

Social e Família; Finanças e Tributação; Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos dos arts. 24, inciso II, e 54 do Regimento Interno desta Casa.

Nos prazos regimentais, não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei.

É o relatório.

## **II – VOTO DA RELATORA**

Inegável a relevância social da proposta em exame, que objetiva assegurar aos idosos carentes, com cem anos ou mais, uma existência com mais dignidade.

A Constituição Federal de 1988 garantiu aos idosos a proteção da família, da sociedade e do Estado, assegurando-lhes o direito de participação na comunidade, a defesa de sua dignidade e bem-estar e a garantia do direito à vida (art. 230, CF/88).

Ademais, em relação aos idosos em situação de vulnerabilidade social, o Texto Constitucional garantiu não apenas o desenvolvimento de políticas assistenciais voltadas a sua proteção social, mas também o pagamento de um salário mínimo mensal àqueles incapazes de manter sua subsistência ou de tê-la mantida pela família (art. 203, incisos I e V, CF/88).

Por seu turno, a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, denominada Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, disciplinou a concessão do benefício assistencial, denominado Benefício de Prestação Continuada – BPC, garantindo seu recebimento aos idosos carentes, a partir dos setenta anos de idade. Contudo, nas regras transitórias da citada lei, determinou-se a redução desse limite de idade para sessenta e sete anos, após vinte e quatro meses, e sessenta e cinco anos, após quarenta e oito meses do início da concessão do benefício.

Com a edição da Lei nº 9.720, de 30 de novembro de 1998, reduziu-se a idade determinada no art. 20 da LOAS, fixando-a em sessenta e sete anos. Mas com o advento da Lei nº 10.741, de 2003, que

institui o Estatuto do Idoso, a idade para elegibilidade ao benefício reduziu-se definitivamente para sessenta e cinco anos.

O Projeto de Lei em exame pretende ampliar a proteção aos idosos carentes mais longevos, que alcancem cem anos ou mais, assegurando-lhes o recebimento de dois salários mínimos mensais, de modo a dar-lhes condições de enfrentar o aumento de despesas com cuidados e serviços de saúde, consequência natural do envelhecimento.

A medida proposta, que trará um aumento quase insignificante aos gastos públicos, confere mais dignidade a esses cidadãos que, a despeito de terem enfrentado inúmeras dificuldades para garantir o mínimo existencial, alcançaram uma idade que apenas diminuta parcela da população brasileira consegue atingir. Não há como negar que, no estágio final da vida, aumentam as necessidades de cuidado e de dependência, que nem sempre podem ser supridas por familiares.

Isso posto, votamos pela aprovação do PL nº 4.400, de 2008.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2010.

Deputada ANGELA PORTELA  
Relatora